

CNDC vai à Justiça contra locaute das escolas

BRASÍLIA — O Secretário-Geral do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC), Luiz Amaral, disse ontem que os donos de escolas que aumentarem as mensalidades além do permitido ou se recusarem a iniciar as aulas no prazo previsto, poderão ir para a cadeia. De acordo com Luiz Amaral, a postura adotada pelos donos de estabelecimentos representa uma flagrante desrespeito à Lei de Economia Popular e o incitamento à desobediência civil pode ser enquadrado até na Lei de Segurança Nacional.

Segundo Amaral, Delegacias Regionais de Defesa do Consumidor de seis Estados entraram ontem na Justiça contra colégios particulares que não iniciaram suas aulas como o planejado ou elevaram as mensalidades acima dos 35% estabelecido pelo Governo. "Eles nem esperaram que a livre negociação, onde poderiam conseguir mais 15%, começasse. Isto infringe o artigo 4º da Lei da Economia Popular, e a Sunab deverá encaminhar os autos de infração à Justiça para se abrir um processo", explicou Amaral, acrescentando que

a pena, neste caso, varia entre seis meses e dois anos.

A posição do CNDC irritou os 19 presidentes de sindicatos e quatro associações de escolas de todo o Brasil que estão reunidos em Brasília desde ontem por inspiração da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen).

— O CNDC deveria saber que a situação da Educação é diferente da do filet mignon ou da cerveja. Falta ao senhor Amaral um total conhecimento do que é uma escola — reagiu Comte Bittencourt, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. O Presidente da Fenen, Roberto Dornas prometeu responder ao CNDC hoje no encerramento da reunião.

Luiz Amaral explicou que o processo para o aluno assegurar sua mensalidade no preço legal é simples:

— Depois de se constatar a irregularidade, o aluno deverá buscar o órgão de defesa do consumidor em sua cidade. Se não houver, ele deverá ir a Sunab e fazer a denúncia. Se for comprovada a irregularidade ha-

verá a autuação. A Sunab terá a obrigação de comunicar à Justiça que abrirá um processo. Além da cassação da licença de funcionamento do estabelecimento escolar, os diretores responsáveis poderão ir para cadeia — explicou Amaral.

O Estado campeão em denúncias no CNDC é o Pará, sendo seguido de perto pelo Estado do Rio. "Isto porque o Estado do Rio não tem um órgão de defesa do consumidor", explicou Amaral, contando que são 40 as chamadas cariocas que chegam ao Conselho, diariamente. "Nós temos que acabar com a idéia que lei no País foi feita para não ser cumprida", enfatizou o Secretário-Geral do CNDC.

Os donos de escolas também não estão satisfeitos com o Governo:

— Enquanto o Ministro Dílson Fumaro atende à reivindicação dos grandes empresários e libera o preço de vários produtos, nós diretores de escolas, pequenos empresários falidos há muito, estamos sendo ameaçados de cadeia. São dois pesos e duas medidas — queixou-se o Comte Bittencourt.